

D5.4 RECOMENDAÇÕES PARA ESCOLAS DE SEGUNDA OPORTUNIDADE

**WP5 — Estratégias e recomendações
locais e de políticas para o
estabelecimento de escolas de segunda
oportunidade na Europa**

.....



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um aval do seu conteúdo, que reflete unicamente o ponto de vista dos autores e das autoras, e a Comissão não pode ser considerada responsável por eventuais utilizações que possam ser feitas com as informações nela contidas. (Projeto n.º: 621535-EPP-1-2020-1-PT-EPPKA3-IPI-SOC-IN).



S2CENE

s 2 c e n e . e u

STRENGTHENING SECOND CHANCE NETWORKS IN EUROPE



@S2CENE



@S2CENE_EU

Estas recomendações (D.5.4) foram publicadas pelo consórcio do projeto S2CENE, constituído por cinco organizações — AE2O (Portugal), E2C (França), NBU (Bulgária), DANTE (Croácia), Inova+ (Portugal).

Para mais informações, visite o *site* <https://s2cene.eu/>, a página do Facebook [@S2CENE](#) ou o Twitter [@S2CENE_EU](#) do projeto.

A redação das recomendações foi coordenada pela AE2O.

Autor e editor: Luis Mesquita

Design gráfico: INOVA+

Imagens disponibilizadas pela
parceria do projeto.

Parceria:



A reprodução está autorizada desde que a fonte seja referida.

Copyright © 2021 Projeto S2CENE representado pelo parceiro coordenador AE2O, Portugal.

O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um aval do seu conteúdo que reflete unicamente o ponto de vista dos autores e autoras, e a Comissão não pode ser considerada responsável por eventuais utilizações que possam ser feitas com as informações nela contidas.

Índice

| | |
|---|-----|
| 1. Contexto | ... |
| 2. Introdução à abordagem do S2CENE | ... |
| 3. Apresentação do Quadro de referência e do Conjunto de ferramentas para escolas de segunda oportunidade (D1.2 e D13) | ... |
| 4. Programa de capacitação para organizações e profissionais com vista à utilização do modelo de acreditação para escolas de segunda oportunidade (D2.2) | ... |
| 5. Programa de capacitação de profissionais de ESO (D4.2, D4.2 e D4.3) | ... |
| 6. Promoção e manutenção do Centro de Mobilidade, Formação e Investigação de ESO (D5.3) | ... |
| 7. Recomendações para escolas de segunda oportunidade | ... |
| 8. Conclusões e apelo à ação | ... |



S2CENE

1. Contexto

Elaborámos este resultado com base nos eventos realizados com pessoas responsáveis pelas decisões políticas; o mesmo tem por objetivo formular diretrizes e recomendações de políticas para a implementação da abordagem do S2CENE visando:

- a criação de novas escolas de segunda oportunidade (ESO) na Europa,
- o estabelecimento de novas redes nacionais ou regionais de ESO para a educação de jovens adultos/as,
- o reconhecimento social e económico de escolas de segunda oportunidade e de redes relacionadas como uma abordagem eficaz para a educação de pessoas adultas.

Estando dirigido a pessoas responsáveis pelas decisões políticas, especialistas e profissionais de ESO — que trabalham na área da educação e investigação, da educação de pessoas adultas e da inclusão social e profissional, e que provêm de uma variedade de países europeus e redes europeias de ESO e de organismos de educação de pessoas adultas — pretendemos, com este documento, atualizar o Livro branco de 1995 sobre as escolas de segunda oportunidade, para que reflita os desafios que as medidas de ESO enfrentam atualmente na Europa.

As escolas de segunda oportunidade como uma medida política do Livro branco de 1995

As escolas de segunda oportunidade constituem uma medida política criada em 1995 no Livro branco sobre a educação e a formação — Educação e formação — Rumo à sociedade cognitiva, elaborado pela Comissão Europeia.

Ao virar do século, o Livro branco identificou três principais mudanças sociais profundas que transformaram as nossas sociedades de forma radical e permanente — a sociedade de informação, as mudanças científicas e tecnológicas e a globalização. Estas mudanças radicais desafiaram a Europa a transformar-se numa sociedade cognitiva. Por este motivo, as duas principais respostas focadas no Livro branco foram, primeiramente, permitir o acesso de toda a comunidade europeia ao conhecimento e, em segundo lugar, promover o desenvolvimento das respetivas competências para o emprego e a respetiva participação na vida económica.

Para abordar estes desafios, a Comissão definiu cinco objetivos gerais:

- Incentivar a aquisição de novos conhecimentos;
- Aproximar as escolas e o setor empresarial;
- Combater a exclusão;
- Desenvolver proficiência em três idiomas falados na comunidade;
- Tratar o investimento de capital e o investimento na formação numa base de igualdade.

O terceiro objetivo, «Combater a exclusão», visa responder a três categorias populacionais diferentes que se encontram em risco de marginalização (jovens sem qualificações, trabalhadores/as de idade mais avançada, pessoas desempregadas a longo prazo, mulheres que

reintegram o mercado de trabalho). Apesar de reconhecer que os Estados-Membros lançaram uma série de medidas para ajudar grupos vulneráveis a terem acesso a conhecimentos e a encontrarem um emprego, a Comissão considera que é necessário implementar medidas suplementares, decidindo, assim, lançar dois tipos de programas-piloto para combater a exclusão e desenvolver um sentido de pertença: as escolas de segunda oportunidade e o serviço voluntário para jovens.

A ideia fundamental do Livro branco de 1995 sobre as escolas de segunda oportunidade era «oferecer à juventude excluída, ou em risco de exclusão, do sistema educativo a melhor formação ou o melhor apoio para desenvolver a sua autoconfiança». O Livro branco sublinha a preocupação com as «dezenas de milhares» de jovens em situações desfavorecidas que abandonaram o sistema educativo, vivem em ambientes conturbados e, em razão da sua falta de qualificações, não têm grande esperança de encontrarem um emprego ou se reintegrarem na sociedade.

A proposta do projeto das escolas de segunda oportunidade assenta na experiência de alguns projetos-piloto realizados nos EUA, em Israel e em alguns Estados-Membro da Europa, bem como nas lições aprendidas com essas experiências. O Livro branco refere que as ESO não podem ser sinónimo de «escolas-gueto», tendo de estar equipadas com recursos adicionais, empregar a melhor docência (se necessário com remunerações mais elevadas do que o habitual), oferecer novos incentivos, organizar formações em empresas, utilizar recursos multimédia e administrar aulas a turmas com um menor número de estudantes. Além disso, em áreas problemáticas onde, de um modo geral, os valores sociais e familiares estejam em colapso, as ESO têm de constituir «um local de encontro educativo para a comunidade, onde a docência esteja presente fora das horas letivas» e disponível para «toda a população escolar de determinada zona carenciada de modo a evitar qualquer tipo de segregação».

Os quatro objetivos definidos para o programa de ESO são:

- . reintegrar jovens sem qualificações e que vivam em zonas carenciadas em programas de ESO, convertendo escolas já existentes ou criando novos centros de aprendizagem,
- . garantir, à comunidade estudantil, docentes com boas competências e uma boa remuneração,
- . desenvolver motivação, a capacidade de aprender a aprender, conhecimentos básicos e competências sociais,
- . reduzir o tamanho das turmas.

Com base nestas intenções, o Livro branco propõe um conjunto de medidas que visa garantir o sucesso desta nova oferta:

- . Reunir fundos europeus para criar percursos de integração;
- . Incluir medidas que envolvam consultas e parcerias com intervenientes da área económica de modo a aumentar as hipóteses de integrar um emprego após a conclusão da formação;
- . Organizar, no início de qualquer percurso de formação, patrocínios pessoais junto de PME ou empresas de maiores dimensões a nível local, se possível, que incluam uma promessa de emprego caso se obtenham qualificações ou competências relevantes;
- . Adotar abordagens de ensino personalizadas em termos do ritmo e da criação de novas tecnologias educativas;

- . Criar redes de programas de segunda oportunidade e divulgar métodos pedagógicos;
- . Associar grandemente as famílias às atividades e à abordagem da escola;
- . Utilizar totalmente (em conjunto com empresas) as tecnologias de informação e multimédia;
- . Desenvolver intensivamente atividades desportivas e culturais.

Na generosa visão estratégica do Livro branco de 1995, os objetivos de «combater a exclusão e garantir que ninguém “fica à margem” fariam da Europa não só uma zona de comércio livre, como também um espaço de realização pessoal para todos os cidadãos e todas as cidadãs».

2. Introdução à abordagem do S2CENE

O objetivo principal do projeto KA3, S2CENE, do Erasmus+ é promover o conceito das escolas de segunda oportunidade (ESO) e estabelecer redes nacionais/regionais de ESO para a educação de jovens adultos/as, sublinhando a importância desta medida ao nível das políticas educativas europeias e nacionais, reforçando a capacidade de ESO existentes e criando novas ESO nos países europeus.

Para tal, o consórcio do S2CENE desenvolveu uma abordagem estratégica que visa reforçar a cooperação interinstitucional e interdepartamental aos níveis local, regional e nacional, contribuindo para um novo paradigma na intervenção junto da juventude, promovendo a qualificação, o desenvolvimento pessoal e a inclusão social e profissional desta.

No âmbito do projeto S2CENE, a parceria internacional trabalhou durante três anos no desenvolvimento de um conjunto de produtos, identificando e estudando documentos de referência europeus e nacionais, consultando *stakeholders* e profissionais, e mapeando elementos de entendimento comum para apoiar o desenvolvimento e a expansão de escolas e programas de segunda oportunidade em toda a Europa.

As recomendações atuais baseiam-se na experiência e na perspetiva da parceria do S2CENE, bem como na análise da situação das ESO na Europa e dos desafios que enfrenta atualmente; estas recomendações foram validadas nas três conferências nacionais realizadas em Portugal, na Croácia e na Bulgária, que contaram com a presença de pessoas responsáveis pelas decisões políticas, instituições e profissionais.

3. Apresentação do Quadro de referência e do Conjunto de ferramentas para escolas de segunda oportunidade (D1.2 e D13)

O Quadro de referência e o Conjunto de ferramentas para escolas de segunda oportunidade na Europa — Investigação coletiva é um resultado-chave do projeto pan-europeu S2CENE, que conta com o apoio do programa Erasmus+. Traça os desenvolvimentos históricos e da atualidade na área da educação de segunda oportunidade ao nível europeu, destaca as principais perspetivas dos *stakeholders* da área e define boas-práticas e métodos recomendados, bem como um quadro de referência com recomendações de políticas para o desenvolvimento futuro da área da educação de

segunda oportunidade na Europa.

A investigação coletiva sublinha a importância da educação de segunda oportunidade como uma ponte que permite a reintegração da juventude à educação e/ou ao mercado de trabalho, aumentando as perspetivas de melhoria da qualidade de vida respetivas.

A metodologia combina investigação documental e trabalho de campo, o que permite compreender a natureza e as características das escolas de segunda oportunidade; os métodos, técnicas e atividades de aprendizagem que utilizam; as competências e características que os/as profissionais devem possuir para atingirem o sucesso; e os requisitos mínimos necessários para estabelecer e manter uma escola de segunda oportunidade. As evidências recolhidas apoiam o quadro de referência para escolas de segunda oportunidade proposto, promovendo ainda mais o processo de *codesign* de estratégias e planos de modelos de acreditação para estas escolas em toda a Europa, bem como a realização de atividades de desenvolvimento de capacidades dirigidas a organizações e profissionais.

Os resultados e as conclusões da investigação apoiam a formulação de recomendações de políticas e a criação de um guia prático com ações que visam a continuidade do desenvolvimento e da promoção da educação de segunda oportunidade aos níveis nacional e europeu.

O documento conclui que a abordagem das escolas de segunda oportunidade mostra que é possível ajudar e reintegrar na sociedade jovens em situações desfavorecidas, que não possuam competências e qualificações básicas. Os métodos utilizados podem ser uma fonte de inspiração para prevenir o insucesso escolar e para estender a educação de segunda oportunidade às pessoas junto de quem a prevenção inicial não surtiu o efeito desejado. O documento chama a atenção para o potencial adormecido nas pessoas que abandonam o ensino e a formação, potencial esse que as nossas sociedades não podem arriscar desperdiçar numa época em que constatamos o envelhecimento da população, a crescente saturação dos mercados de trabalho e os cada vez mais elevados níveis de qualificações que a sociedade de conhecimento exige. Um conjunto de iniciativas e documentos orientadores europeus tem vindo a reafirmar, ao longo dos anos, a política europeia relativa à segunda oportunidade, iniciada há mais de 20 anos, o que confirma a oportunidade e a necessidade de utilizar esta medida como uma resposta à grave crise social gerada pelo abandono escolar precoce e pela exclusão social de jovens na Europa. Para além de participarem ativamente na integração socioprofissional de jovens, as escolas de segunda oportunidade também contribuem para a renovação das pedagogias e da organização dos sistemas de educação e formação e para a expansão da educação na esfera pública, reforçando a dimensão comunitária da educação.

4. Programa de capacitação para organizações e profissionais com vista à utilização do modelo de acreditação para escolas de segunda oportunidade (D2.2)

O Modelo de acreditação de escolas de segunda oportunidade proposto pelo projeto S2CENE baseia-se num quadro de referência abrangente que aborda o estabelecimento de sistemas de acreditação para estas escolas, garantindo que estas cumprem critérios específicos, oferecem educação de alta qualidade e apoiam eficazmente a juventude em risco de exclusão social. Ao longo do documento, abordam-se as componentes principais do modelo de acreditação, incluindo os respetivos princípios, objetivos e conceitos essenciais, as estruturas organizacionais envolvidas na acreditação e as responsabilidades das organizações acreditadas. O documento também destaca a importância das parcerias intersetoriais e interinstitucionais, colaborando com empresas e oferecendo apoio pós- formação à comunidade estudantil. Adicionalmente, o documento sublinha a necessidade de melhoria contínua, de condutas éticas e do cumprimento de quadros legais e regulamentares. Ao delimitar a estrutura e os princípios do modelo de acreditação de ESO, este documento constitui um recurso valioso dirigido a responsáveis pelas decisões políticas, educadores/as e *stakeholders* que tenham interesse em melhorar as oportunidades de educação e a integração social de jovens em situações desfavorecidas na Europa.

O modelo de acreditação das ESO garante o enquadramento legal das mesmas, que pode variar consoante o país, e regula, entre outros elementos, os objetivos desta medida e os respetivos grupos-alvo. As ESO são desenvolvidas como um subsistema nacional que engloba uma cooperação nacional e internacional dinâmica, a participação em parcerias e projetos comuns, a investigação, a partilha de boas-práticas, a transferência de inovação, a mobilidade de jovens e profissionais, a formação de profissionais e a capacitação de organizações como uma contribuição importante para a qualificação da respetiva oferta educativa. As redes nacionais implementam a acreditação através de uma abordagem entre entidades homólogas, monitorizando os indicadores de qualidade da formação desenvolvida, os resultados obtidos pelos/as formandos/as, a conformidade com os quadros regulamentares e normativos em vigor, a qualificação e a adequação de recursos humanos atividades e planos de formação, bem como a logística em termos de espaços e equipamentos.

5. Programa de capacitação de profissionais de ESO (D4.2, D4.2 e D4.3)

Incluiu-se o Plano do programa de capacitação do S2CENE no trabalho colaborativo desenvolvido para apoiar e promover as escolas de segunda oportunidade (ESO) na Europa enquanto estabelecimentos de ensino essenciais para ajudar jovens em situações vulneráveis a se reintegrarem na educação e na sociedade. No âmbito do projeto S2CENE, o Plano do programa de capacitação constitui uma abordagem estruturada para aumentar conhecimentos e desenvolver capacidades de facilitadores e facilitadoras de ESO, com o objetivo de apoiar eficazmente jovens em situações vulneráveis. Ao cumprir normas de acreditação, garante a qualidade do programa, promove métodos de ensino inovadores e fomenta a adaptabilidade. Em última instância, o plano procura promover o sucesso de cada aprendiz, encorajar o crescimento profissional e criar uma comunidade colaborativa entre profissionais de ESO, exercendo um impacto positivo na vida de cada aprendiz.

O Plano do programa de capacitação relaciona-se com outros resultados e materiais do projeto S2CENE. Primeiramente, é a continuação direta do documento Perfil de profissionais de ESO, que delimita as principais características, competências e qualificações que se esperam dos/as facilitadores/as e do pessoal que trabalha no sistema de ESO. O objetivo principal é oferecer diretrizes claras e abrangentes sobre o recrutamento, a formação e a avaliação de profissionais de ESO. Ao definir as competências, o conhecimento e os atributos pessoais necessários, o perfil garante a devida preparação de cada profissional para que responda aos desafios e às necessidades educativas únicas de jovens vulneráveis que tenham abandonado o sistema educativo tradicional.

Conta também com o apoio do Conjunto de ferramentas do programa de capacitação, um recurso prático e abrangente que permitirá implementar um programa de capacitação estruturado, dirigido a profissionais de escolas de segunda oportunidade (ESO). Oferece diversas ferramentas, estratégias e materiais necessários para que desenvolvam as suas capacidades e competências.

O Plano do programa de capacitação pretende promover uma transformação ao nível do conhecimento, das competências e das atitudes do pessoal e dos/as facilitadores/as de ESO para que consigam responder eficazmente aos desafios do ensino e aprendizagem modernos. Estando em linha com as políticas da UE, o plano procura elevar a qualidade da educação em ESO, com enfatizando a inclusão, a aprendizagem personalizada e o desenvolvimento de competências transferíveis, equipando profissionais com os conhecimentos, as competências e as atitudes necessárias para poderem oferecer à juventude marginalizada experiências educativas que promovam a justiça social e a aprendizagem ao longo da vida.

6. Promoção e manutenção do Centro de Mobilidade, Formação e Investigação de ESO (D5.3).

O S2CENE desenvolveu um conjunto de atividades que apoiarão o consórcio na estruturação e validação de estratégias e recomendações de políticas locais para o estabelecimento de escolas de segunda oportunidade na Europa. A preparação destas estratégias e recomendações baseou-se nas contribuições de pessoas responsáveis pelas decisões políticas, especialistas e profissionais, bem como na experiência da parceria. O consórcio do S2CENE trabalhou no sentido de reforçar as parcerias de cooperação ao nível local/regional entre entidades territoriais que trabalham na área da educação e formação, da saúde, da justiça e proteção, e da investigação, contribuindo para a criação de um novo paradigma na intervenção local/regional no para orientar e apoiar a juventude e promover a qualificação, o desenvolvimento pessoal e a inclusão social e profissional desta. Estabeleceram-se igualmente as condições favoráveis ao desenvolvimento de um novo instrumento que resultará deste projeto: os centros de mobilidade, formação e investigação que irão promover a inovação junto de redes locais/regionais e o impacto destas ao nível europeu.

Os novos centros de mobilidade, formação e investigação AGORA fomentarão a cooperação e a partilha de práticas entre ESO europeias; apoiarão a realização de investigações relevantes sobre a intervenção, a inovação e a sustentabilidade das ESO; promoverão a mobilidade de jovens e profissionais entre ESO de vários países europeus; e oferecerão oportunidades de formação para profissionais de ESO, essenciais para o respetivo desenvolvimento e reconhecimento profissional.

7. Recomendações de políticas para atualização da medida política do Livro branco de 1995 sobre as escolas de segunda oportunidade

As razões que contribuíram para a decisão de criar ESO, tendo por base o Livro branco de 1995, continuam claramente a ser pertinentes. A Estratégia Europa 2020, que definiu como um dos seus objetivos principais a redução do abandono escolar precoce para um valor inferior a 10%, levou a uma incontestável melhoria das qualificações da juventude europeia. No entanto, este problema continua a apresentar grandes variações na Europa, com 2,3% na Croácia e 15,6% na Roménia. A descida contínua da taxa de jovens que abandonaram precocemente a educação e a formação não nos pode fazer esquecer que continuam a haver muitos motivos de preocupação em relação às qualificações da juventude europeia. A taxa média de jovens que abandonam precocemente a educação e a formação continua a rondar os 10% na Europa (9,9% em 2020). Verificou-se uma redução significativa em alguns países europeus, mas este valor manteve-se estável, ou

inclusive aumentou noutros países, evidenciando o perfil estrutural dos sistemas educativos europeus. Em valores absolutos, o abandono escolar precoce continua a afetar vários milhões de jovens na Europa (em conjunto, este número equivale à população total de um país europeu de médias dimensões como, por exemplo, a Dinamarca). Além disso, a elevada percentagem de jovens que não trabalha, não estuda nem segue uma formação (NEET) sugere a tendência preocupante de que o abandono da educação formal não é, na maioria dos casos, uma situação temporária, podendo transformar-se num padrão a longo prazo, afetando negativamente toda a situação global aos níveis do emprego e da formação jovem. Estes baixos níveis de educação constituem uma das principais causas de desemprego jovem e de vulnerabilidade à pobreza, afetando os processos de integração social e profissional especialmente de jovens provenientes de classes sociais desprivilegiadas e, de um modo geral, os grupos sociais mais vulneráveis.

Embora a UE esteja a tentar oferecer à juventude uma educação de cada vez maior qualidade, ao mesmo tempo, cerca de um/a em cada 10 jovens abandona precocemente a educação e formação, sem obter qualificações adequadas. Atualmente, a juventude muda de emprego com mais frequência e demora mais tempo a estabelecer-se no mercado de trabalho. Garantir uma transição suave entre a educação e o trabalho e reduzir o risco de marginalização de jovens que abandonam precocemente a educação e a formação tornaram-se os objetivos centrais da cooperação europeia para a educação e são, sem dúvida, um indicador importante da qualidade nos nossos sistemas educativos e sociais, bem como das nossas democracias.

Para além das razões que levaram à criação de ESO continuarem a ser válidas, é importante rever algumas das propostas do documento de base e abordar algumas das promessas do Livro branco que continuam por cumprir:

- As ESO têm de constituir um local de encontro educativo para a comunidade, abordando toda a população escolar para evitar qualquer forma de segregação;
- As ESO não podem ser sinónimo de «escolas-gueto», tendo de estar equipadas com recursos adicionais e empregar a melhor docência, «se necessário com remunerações mais elevadas do que o habitual», oferecer novos incentivos, organizar formações em empresas e administrar aulas a turmas com um menor número de estudantes.

Na maioria dos países europeus, não existe uma base de conhecimentos integrados sobre a situação da qualificação e da integração social e profissional da juventude. Os vários indicadores da realidade jovem mostram números preocupantes aos níveis do desemprego jovem, da pobreza jovem e do abandono escolar precoce da educação e da formação.

Também não se constata uma grande sensibilização social para o grande número de jovens que não frequenta a escola, o que exige medidas de compensação específicas. Todos os valores disponíveis indicam que o número de jovens em situações desfavorecidas e que abandonaram o sistema de ensino na Europa não situa nas «dezenas de milhares», conforme sugerindo no Livro branco, mas sim, na ordem de vários milhões. A redução do abandono escolar precoce, em paralelo

com a garantia da qualidade das respostas educativas e formativas e da integração profissional de jovens, é, então, um objetivo central da coordenação europeia e um indicador muito importante da qualidade dos nossos sistemas sociais e da nossa democracia.

Conforme indicado em documentos europeus e nacionais, na sociedade de aprendizagem em que vivemos, a estratificação social assenta cada vez mais na separação entre as pessoas que «têm» e as pessoas que «não têm» competências e qualificações adequadas. Atualmente, o abandono escolar comporta consequências mais duradouras do que nas décadas anteriores. Pode marcar uma pessoa para toda a vida e reduzir drasticamente o leque de possíveis projetos de vida. A principal linha de ação para abordar o insucesso escolar e a exclusão social é constituída localmente pelas escolas, bairros e cidades. A contribuição nacional é essencial para garantir a sustentabilidade financeira de iniciativas locais e para reconhecer o esforço investido e, também, as qualificações adquiridas pela comunidade estudantil nestes programas. Ao nível nacional, o debate sobre a prevenção do abandono escolar e a generalização de boas-práticas para o combater têm de ser intensas e contínuas. Ao nível europeu, pode ser de grande valor envolver-se nestas iniciativas. Fazê-lo ajuda a mobilizar a docência e a comunidade estudantil e permite a comparação de resultados, a identificação de boas-práticas e a comunicação consistente de *feedback*, no âmbito dos processos de formulação de políticas ao nível europeu. Desta forma, estes três níveis desempenham um papel importante no combate contra o abandono escolar e a exclusão social.

Os resultados e as conclusões da investigação atual permitem propor dois grupos de recomendações de políticas para continuar a desenvolver e a promover a educação de segunda oportunidade na Europa. O primeiro grupo visa as recomendações relativas ao apoio político ao nível nacional. O segundo grupo tenta constituir um guia prático com ações a realizar ao nível europeu.

1. Apoio político ao nível nacional

O nível nacional é fundamental para fornecer recursos materiais, humanos e especializados para o funcionamento de uma escola de segunda oportunidade. Conforme o nível ao qual são tomadas decisões sobre o financiamento escolar, deve focar-se o nível regional/local. Em cada país deveria haver uma estratégia nacional relativa ao abandono escolar precoce, como recomendado constantemente nos documentos de política europeus; mas, além disso, deveria também haver uma abordagem local (ou regional), já que as necessidades da juventude e as necessidades do mercado de trabalho não são iguais em todos os contextos. Podemos resumir da seguinte forma as recomendações concretas para este nível:

- Aumentar a visibilidade do problema social criado pelo baixo nível de qualificações e pela exclusão social da juventude, bem como pelas medidas políticas disponíveis para o resolver, tais como a educação e as escolas de segunda oportunidade;
- Criar e reforçar políticas nacionais para reduzir a taxa de jovens que abandonam precocemente a educação e a formação, com o apoio de estratégias abrangentes que incluam um quadro articulado de medidas preventivas, interventivas e compensatórias;
- Criar e reforçar redes nacionais de práticas e cooperação entre diferentes agentes relevantes, incluindo iniciativas e redes de escolas de segunda oportunidade;
- Apoiar políticas baseadas em evidências, promovendo a realização de investigações sobre a situação da juventude e o impacto das medidas de segunda oportunidade, com o apoio de universidades e investigadores/as;
- Desenvolver um sistema de medição baseado em indicadores-chave de desempenho para avaliar a qualidade dos serviços educativos de segunda oportunidade ao nível nacional;
- Reforçar o acesso e a disponibilidade de oportunidades de formação distintas e de qualidade nas ofertas educativas de segunda oportunidade destinadas a jovens que abandonaram precocemente a educação e a formação;
- Aumentar a visibilidade da educação de segunda oportunidade, melhorar a comunicação com autoridades nacionais, regionais e locais e envolvê-las em vários eventos e debates políticos.

2. Apoio ao nível europeu

A dimensão europeia tem, na verdade, emergido como um veículo essencial para divulgar a ideia e encorajar os Estados-Membros a aprenderem uns com os outros. As evidências mostram que muitas cidades e iniciativas locais dependem do apoio da UE não só ao nível do financiamento, mas também para reunir a boa-vontade, o apoio e a publicidade de que necessitam para levarem os seus projetos a bom porto. Quanto mais informação se divulgar sobre estes projetos, mais atrativos estes serão para estudantes e docentes. Para garantir o sucesso das escolas de segunda oportunidade, é vital considerá-las como diferentes e «melhores» do que as escolas do ensino regular, e a dimensão Europeia contribuiu certamente para que se passasse esta imagem. Também permitiu que a juventude em situações desfavorecidas, frequentemente condenada a uma vida de privação, possa adquirir as competências necessárias para melhorar as suas vidas. Esta «revolução cultural» nas suas vidas irá aumentar a sua autoestima, o que também é importante para os/as educadores/as envolvidos/as.

A criação de redes entre escolas individuais e as respetivas organizações ao nível europeu é importante para melhorar a qualidade do serviço através da partilha de saber-fazer e de conhecimentos especializados. Além disso, consolidar a «voz» de uma diversidade de intervenientes na área poderá contribuir para aumentar a visibilidade e aprofundar compreensão de instituições europeias sobre o quão necessário é garantir um apoio sustentável à educação de

segunda oportunidade na Europa.

A este nível, as recomendações são:

- manter o objetivo-chave de reduzir o abandono precoce da educação e da formação na agenda europeia para o ensino,
- desenvolver um sistema de medição baseado em indicadores-chave de desempenho para avaliar a qualidade dos serviços educativos de segunda oportunidade ao nível nacional,
- promover a cooperação europeia e a criação de redes entre práticas e escolas de segunda oportunidade, criando centros europeus de mobilidade, investigação e formação, e reforçando a Rede Europeia de Escolas de Segunda Oportunidade, a E2C Europe,
- oferecer oportunidades de desenvolvimento de capacidades para organizações e profissionais que trabalhem na área da educação de segunda oportunidade,
- promover a transferência de inovações desenvolvidas na educação e nas escolas de segunda oportunidade para as escolas do ensino regular; estas poderiam beneficiar de novas abordagens, tais como pedagogias centradas na comunidade estudantil, participação em processos de tomada de decisões e abordagens inclusivas relativas à avaliação e ao apoio dado a aprendentes.

8. Conclusões e apelo à ação

A comissão Europeia tem de apoiar esta iniciativa, mas, claro, não pode assumir total responsabilidade sobre a questão. A principal responsabilidade recai sobre as autoridades educativas dos Estados-Membros, as cidades e as escolas, bem como sobre as associações e redes nacionais europeias (E2C Europe), que encorajamos a continuarem a trabalhar em prol da inclusão das pessoas que mais precisam de ser apoiadas por este projeto.

A abordagem das escolas de segunda oportunidade mostra-nos uma forma de ajudar e reintegrar na sociedade jovens em situações desfavorecidas, que não possuem competências e qualificações básicas. Os métodos utilizados podem ser uma fonte de inspiração para prevenir o insucesso escolar, em primeiro lugar, e para oferecer uma segunda oportunidade às pessoas junto de quem a prevenção inicial não surtiu o efeito desejado.

É importante lembrar que as pessoas que abandonaram a escola ainda têm muito para oferecer; os estabelecimentos de ensino, nas circunstâncias adequadas, podem libertar o potencial desta riqueza de recursos que, de outra forma, a sociedade poderá por de parte. Numa época em que assistimos ao envelhecimento da população, à crescente saturação do mercado de trabalho e em que aceitamos que a nossa sociedade de conhecimento, como um todo, nos exige níveis de qualificação mais elevados, esta é uma mensagem que não podemos ignorar.

Um conjunto de iniciativas e documentos orientadores europeus tem vindo a reafirmar, ao longo dos anos, a política europeia relativa à segunda oportunidade, iniciada há mais de 20 anos, o que

confirma a oportunidade e a necessidade de utilizar esta medida como uma resposta à grave crise social gerada pelo abandono escolar precoce e pela exclusão social de jovens na Europa.

Para além de participarem ativamente na integração socioprofissional de jovens, as escolas de segunda oportunidade também contribuem para a renovação pedagógica e organizacional dos sistemas de educação e formação e para a expansão da educação na esfera pública, reforçando a dimensão comunitária da educação.

As escolas de segunda oportunidade têm confirmado que é possível estruturar respostas formativas eficazes,

destinadas a audiências mais vulneráveis que se mostrem resistentes aos processos de formação tradicionais. A segunda oportunidade na educação destaca-se atualmente como uma proposta educativa inclusiva e holística que inclui, entre outros elementos, uma dimensão educativa profissional que vem defender que é sempre possível recomeçar e ultrapassar experiências de fracasso, tão frequentemente traumáticas, e que é desenvolvida não só em termos de oposição, mas sim numa atitude de diálogo e aprendizagem mútua com ofertas educativas e formativas regulares.



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um aval do seu conteúdo, que reflete unicamente o ponto de vista dos autores e das autoras, e a Comissão não pode ser considerada responsável por eventuais utilizações que possam ser feitas com as informações nela contidas. (Projeto n.º: 621535-EPP-1-2020-1-PT-EPPKA3-IPI-SOC-IN).

s2cene.eu



facebook.com/S2CENE



@S2CENE_EU